

A TRAJETÓRIA DA CÁRITAS NO FORTALECIMENTO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL

Andressa de Sousa Santos Ferreira¹; Cleiton Agnelo Pinheiro São João²;

RESUMO: A Economia Popular Solidária (EPS) se apresenta como um reforço reativo ao Neoliberalismo de modo a minimizar as consequências causadas pela desigualdade social baseando-se nas relações cooperadas e estratégicas de seus agentes. Nesse sentido, a Cáritas Brasileira atua no desenvolvimento de programas de apoio a parcelas carentes da sociedade através de 8 secretariados por todo o país. Assim, o objetivo geral deste artigo buscou apresentar a trajetória da Cáritas Brasileira na promoção do movimento popular e solidário da atividade econômica, ressaltando a relevância dessa entidade para o setor. A metodologia utilizada seguiu a linha de pesquisa bibliográfica e documental, análise descritiva, utilizando-se o recurso do estudo de caso e a coleta de dados secundários. Os principais resultados confirmaram a importância da Caritas para as famílias e empreendimentos populares solidários, além da evolução da trajetória e articulação da instituição de fomento à EPS.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Popular Solidária. Cáritas. Trajetória.

1 INTRODUÇÃO

A exploração ocasionada pelo capitalismo e internacionalização do mercado, segundo Furtado (1973), cria um fosso entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, amplia a desigualdade, os problemas sociais e perpetua o contraste econômico. Diante de tantos desajustes e sucessivas crises, a Economia Popular Solidária aliada ao princípio do desenvolvimento local surge no contexto socioeconômico como um mecanismo de superação das disparidades sociais e econômicas existentes.

Inclusive, a Economia Popular Solidária foi uma reação da classe trabalhadora contra a opressão do sistema, pois “lança os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista” (SINGER, 1999, p. 138). Esse aspecto é o que diferencia o movimento dos demais, pois rejeita a cultura do egoísmo, do individualismo e busca valorizar os ativos locais, a especialização da atividade econômica tomando por base a reciprocidade e a ação coletiva como frutos da interação social (WALLERSTEIN, 2004).

Entretanto, é um caminho complexo que precisa da parceria do Estado, sociedade civil e mercado para que haja articulação das redes. No Brasil, entre as instituições apoiadoras, objeto desse estudo, destaca-se a Cáritas brasileira –

1 Graduada em Administração – UESC, andressa.ferreiras@hotmail.com.

2 Graduado em Administração – UESC, cleitonagnelo@hotmail.com.

organização vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – atuante há mais de 50 anos buscando fortalecer a economia popular solidária no Brasil. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2015).

Diante disso, o presente trabalho possuiu o objetivo geral de apresentar a trajetória da Cáritas brasileira na promoção do movimento popular e solidário da atividade econômica, ressaltando a relevância dessa entidade para o setor. Por sua vez, os específicos foram: 1) identificar os programas gerenciados pela Cáritas em todo país e 2) compreender como acontece a articulação institucional da Cáritas brasileira quanto à efetividade das parcerias.

Em relação a metodologia utilizada no presente trabalho, o estudo seguiu a linha de pesquisa bibliográfica, utilizando como suporte a consulta de artigos, livros e trabalhos científicos, visando uma base sólida à fundamentação teórica da pesquisa e permitindo evidenciar contribuições fundamentais dos autores que trabalharam a temática do estudo.

Foi realizada ainda uma pesquisa documental, através de uma análise descritiva, utilizando-se o recurso do estudo de caso, já que o objeto de análise é a Cáritas no Brasil. Quanto à coleta de dados, empregou-se dados secundários em todas as dimensões da pesquisa, a exemplo de: sites institucionais (da Cáritas, do BNDES e de outras instituições parceiras), documentos dos programas (documentos de apresentação, editais, relatórios) e livros especializados.

Dessa forma, o capítulo 2 apresenta uma síntese e um breve histórico de algumas teorias que embasam a questão da Economia Popular Solidária (EPS), em seguida o capítulo 3 expõe os resultados e discussões sobre a Cáritas Brasileira e seu impacto na promoção da EPS e finalmente, o capítulo 4 aborda as conclusões obtidas e sugestões para trabalhos futuros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As principais correntes teóricas que embasaram a investigação do tema proposto foram o Neoliberalismo (Wallerstein, Fiori, Machado, Boito Jr); o Desenvolvimento Local (Dall'acqua, Tapia, Martins) e a Economia Popular Solidária (Kraychete, Gaiger).

O neoliberalismo explica como se deu o processo de expansão das grandes empresas no aumento da acumulação do capital e à diminuição das reivindicações dos trabalhadores desencadeando a ascensão da desigualdade social, já que Wallerstein (2004, p. 61) o define como um processo de “uma tentativa de reverter a redistribuição do Estado de Bem-estar, de modo a beneficiar as classes superiores e não as classes mais baixas”.

Nesse contexto de livre mercado, uma das condições é que a intervenção do Estado deve ser mínima de modo a proporcionar um ambiente competitivo favorável ao individualismo e contrário ao igualitarismo já que o neoliberalismo pressupõe um ponto de partida onde todos são iguais e que as diferenças começam a surgir no decorrer do processo por consequência da competência de cada um.

Inclusive, essa é uma das razões que explica as empresas fugirem do mercado de concorrência perfeita, confirmando a essência do capitalismo, ao tempo que assume indiferença, ou melhor, mínima preocupação aos problemas e desigualdade sociais que impedem a todos os indivíduos possuírem competência, condições iguais, conforme ratifica Fiori (1997, p. 203):

os velhos e os novos liberais nunca se preocuparam muito em discutir mais aprofundadamente a questão de como responder ao problema concreto de que nas sociedades reais, no ponto zero de suas reflexões, já existam imensas diferenças e desigualdades que nunca foram, ou serão, corrigidas de forma a igualar as condições de partida para todos.

Essa ideologia de exaltação do mercado se expressa através de um discurso polêmico de que se responsabiliza pela exploração de todas as formas de captação de recurso, permitindo a intervenção pública de interesse coletivo, segundo Machado (2003, p. 92), apenas em situações que “não sejam rentáveis para os capitais privados ou mesmo onde se manifestem situações de extraordinária carência social”, ou seja, o neoliberalismo “procurava mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal” (BOITO JR, 1999, p. 45).

De modo que ganhou notoriedade e países como Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha aderiram ao modelo econômico por volta de 1980 e, devido à influência política dessas nações, como um efeito dominó em 1990 praticamente todo o mundo era neoliberal (FIORI,1997). Mas, somente em 1994 que o sistema neoliberal foi implantado no Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso com a solidificação do Plano Real que instituiu as regras nacionais.

Devido às particularidades dos países latino-americanos, cuja implantação foi mais retardatária do que nos países centrais, o estabelecimento do neoliberalismo precisou do apoio financeiro fornecido pelo FMI. Outrossim, Fiori (1997, p. 14) aponta que FHC possuía competência para engendrar “a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que faltava ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial”.

Sendo assim, foi criado um plano de reforma do Estado a fim de adequá-lo ao sistema e garantir a desregulamentação da economia e a retirada do Estado como agente econômico produtivo e empresarial, com o mecanismo conhecido por privatização, a intervenção estatal mínima, a liberalização do comércio exterior etc. Entretanto, os problemas sociais se acentuaram, conforme aponta Soares (2002, p.51):

Os pobres urbanos tornaram-se mais numerosos que os pobres rurais. Parcela importante dos estratos médios tornou-se mais vulnerável aos efeitos das políticas de estabilização ou ajuste: ao agravamento da situação dos estratos de renda mais baixa acrescentou-se, como fenômeno digno de destaque, uma deterioração da qualidade de vida dos estratos médios urbanos, gerando uma nova pobreza. Houve uma ampliação das diferenças de acesso aos bens e serviços que satisfazem as necessidades básicas vinculadas à habitação, a seus serviços, à educação e à saúde.

Por conta dos problemas ocasionados pelo sistema neoliberal, um dos que acentuam a questão da pobreza urbana está ligado ao modelo econômico de atração de grandes indústrias para regiões onde a mão de obra é superabundante e barata. Esse contexto reforçou por muito tempo a competitividade do livre mercado possibilitando aos empresários a minimização do custo e maiores lucros. Porém este sucesso empreendedor era dependente do subdesenvolvimento das pessoas, das regiões.

Logo, a concepção de desenvolvimento local emerge como uma resposta às sequelas sociais causadas pelas políticas neoliberais (TAPIA, 2005). Isso porque busca, diferentemente do neoliberalismo, desenvolvimento endógeno baseado nas peculiaridades e ativos locais de modo a impactar o ambiente político e socioeconômico inovador e competitivo.

Conforme reitera Dall'Acqua (2003, p. 48), como sendo um "processo contínuo de inovação, crescimento e agregação de valor às atividades produtivas regionalmente ambientadas". Inclusive, Martins (2002, p. 52) completa o conceito ao afirmar que o “verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos, mas

na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento”.

Nessa configuração, a matriz teórica da Economia Popular Solidária se apresenta como coirmã do desenvolvimento local, pois preza de princípios semelhantes como cooperação, capital humano, governança, sustentabilidade etc. Além de ser um reforço reativo ao Neoliberalismo, podendo ser definida por:

Economia dos setores populares, atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital (KRAYCHETE, 2000, p. 15).

Sob essa perspectiva o Estado, principalmente nas esferas municipal ou estadual, possui um papel unificador para coordenar, por meio de uma estrutura institucional composta por diversos atores públicos e privados, ou possibilitar o apoio, “estimulando a auto sustentação dos grupos beneficiários e, portanto, sua viabilidade econômica no interior de uma economia de mercado” construindo redes em nível regional, nacional e global (GAIGER, 1999, p. 9).

Sendo assim, as atividades produtivas constituídas em Economia Popular Solidária agrupam-se coletivamente a fim de melhorar a qualidade de vida de todos envolvidos valorando a cadeia produtiva e a economia local/regional. É nesse sentido que a Cáritas brasileira existe como será apresentado na próxima seção.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS

A Cáritas é uma grande rede mundial constituída como *Caritas Internationalis*, com “mais de um milhão de agentes militantes, presentes em 200 países e territórios através de 165 organizações” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2016). A Cáritas brasileira foi fundada em 1956 e atua na promoção da Economia Popular Solidária desde ações pontuais até programas estratégicos de nível nacional.

No início, a atuação se baseava na prática informal da caridade, seguindo os princípios cristãos. Somente, a partir dos anos 1970 é percebido a necessidade qualificar a formação das ações desenvolvidas por meio de profissionais específicos para cada área que “passaram a integrar equipes de Secretariados Regionais e de algumas Cáritas Diocesanas”. (ADAMS, 2006, p. 56)

As décadas seguintes de 1980 e 1990 se destacaram na instituição das escolas de formação técnica, por meio de cursos e encontros periódicos, para os agentes e voluntários aperfeiçoarem a metodologia padrão para o desenvolvimento das ações. Além disso, um dos objetivos era também o de fortalecer a dimensão da militância da Economia Popular Solidária (EPS).

Com o aprimoramento da metodologia do trabalho social nas décadas seguintes, os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) foram implementados ainda nos anos 80. Segundo Bertucci e Silva (2003, p. 13), esse foi o início do processo que buscava “apoiar [financeiramente, com assessoria e acompanhamento] pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas através da solidariedade”, resguardadas as particularidades locais.

Por volta de 1990, iniciou-se o processo de avaliação dos PACs apoiados que resultou em análises econômicas, políticas e pastorais detectando melhorias e correções necessárias do que já havia sendo feito. Essa avaliação confirmou a importância dos Fundos de Apoio aos PACs, porém identificou que a principal demanda dos beneficiários era o fortalecimento dos negócios solidários.

Ou seja, foi possível identificar que os PACs estavam colaborando para um contexto superior não restringido apenas às ações da Cáritas, mas à própria Economia Popular Solidária. Sendo assim, em 1995, de acordo Bertucci e Silva (2003), a Cáritas estabeleceu parcerias entre os PACs e políticas públicas afins.

Inclusive, os PACs têm influenciado na formulação de políticas públicas locais/regionais em 3 aspectos: “no fortalecimento da cidadania e conquista de direitos, no acesso aos recursos públicos para expansão das iniciativas econômicas solidárias e no fortalecimento de fóruns da sociedade civil, enquanto espaços de articulação” (BERTUCCI e SILVA, 2003, p. 86), conforme figura a seguir.

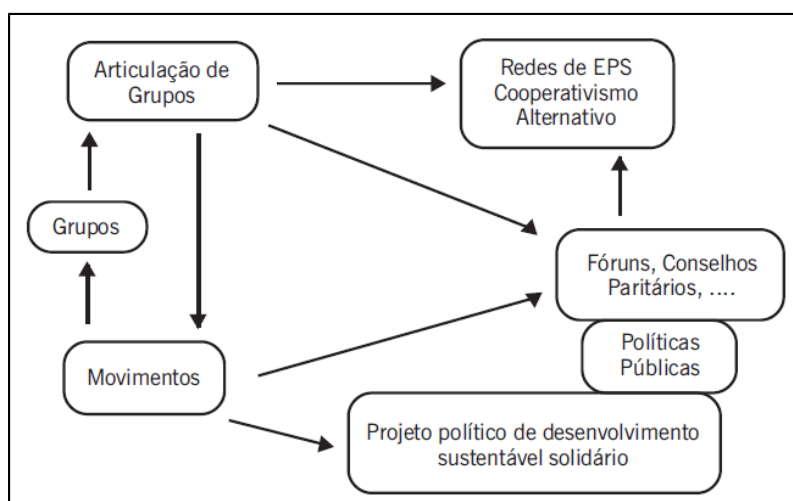


Figura 01 - Visualização da articulação da EPS

Fonte: BERTUCCI e SILVA (2003)

Tendo em vista que o sistema EPS demanda uma articulação de forma integrada dos grupos sociais, das redes de cooperativismo e associações, fóruns, conselhos, políticas públicas etc. Por conseguinte, a estrutura institucional da Cáritas passou a contar com o apoio de diversas outras entidades também atuam em rede participativa, tais como: CNBB, CUT, BNDES, SENAES, MDA, entre outros (CÁRITAS BRASILEIRA, 2015).

Toda a articulação foi importante também para sinalizar ao poder público as situações críticas que as políticas devem se concentrar, do mesmo modo que fortaleceu o desenvolvimento dos PACs, conforme Adams (2006). Entretanto, um requisito essencial ao sucesso do projeto é a governança da rede associativa que deve ser organizada e se configura como um dos critérios para aprovação dos editais, pois os próprios beneficiários precisam exercitar a atividade cooperada de forma fortalecer a aplicabilidade do PAC.

Na Cáritas Brasileira o desenvolvimento dessas ações é dividida em responsabilidades aos secretariados regionais ligados à instância nacional. Em um total de 8 secretariados regionais: Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, NE II (Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande Norte), NE III (Bahia e Sergipe), Pará e Rio Grande do Sul, que realizam o acompanhamento dos PACs padronizada em 3 diretrizes básicas, segundo Bertucci e Silva (2003, p. 46):

- a) construir a autonomia, a auto-gestão e a afirmação política dos grupos acompanhados;
- b) descentralizar o acompanhamento aos grupos nas diversas áreas de atuação e
- c) possibilitar um processo sistemático de capacitação, com o objetivo de aprimorar a formação dos participantes dos PACs e dos agentes que atuam diretamente no acompanhamento dos mesmos.

Todo o acompanhamento possibilita a evolução das ações para que os grupos apoiados possam atingir os objetivos da Cáritas e dos próprios envolvidos. Para tanto são realizadas capacitações, treinamento, “assessoria na elaboração dos projetos, reuniões de planejamento e avaliação; visitas sistemáticas ao projeto e apoio à comercialização” (BERTUCCI e SILVA, 2003, p. 47).

Contudo, esse sistema de atuação está englobado em um arcabouço organizacional formado por uma estrutura composta por voluntários e um quadro fixo de colaboradores, que em decorrência da expansão e complexidade dos programas demandou uma dedicação e conhecimento técnico específico de profissionais. Sendo

assim, segundo a Cáritas Brasileira (2015), foram instituídas Comissões, Grupos Gestores, Grupos de Trabalho, Conselhos, Fóruns e Coordenações Colegiadas.

Atualmente, a instituição desempenha suas ações de 3 formas: por meio de programas, de mobilizações e do Fundo Nacional de Solidariedade. Os programas seguem 8 linhas de atuação: Catadores e catadoras de recicláveis; Convivência com o Semiárido; Centro de Acolhida a Refugiados; Segurança Alimentar e Nutricional; Programa Infância, Adolescência e Juventude (PIAJ); Gestão de Risco e Emergências; Economia Popular Solidária e Políticas Públicas (CÁRITAS BRASILEIRA, 2015).

Segundo Bertucci e Silva (2003), os resultados alcançados com esses programas são expressivos cujos benefícios vão desde econômicos que geram melhor renda e alternativas de inserção em novos mercados; até políticos e organizativos através controle social; e socioculturais, especialmente, no fortalecimento da atividade cooperada e inovação.

Sobre os resultados apresentados pelos programas, destacam-se os de “Segurança Alimentar e Nutricional” que já beneficiou cerca de 20 mil famílias camponesas, o de “Gestão de Risco e Emergências”, mais de 100 mil famílias, o de “Economia Popular Solidária”, registra 100 mil trabalhadores, ou seja, 2 mil grupos apoiados, e o de “Convivência com o Semiárido” em que mais de 100 mil famílias já foram atendidas com obras hídricas e mais de 70 mil com atividades educacionais e produtivas (CÁRITAS BRASILEIRA, 2015).

Em se tratando das mobilizações, ainda de acordo Cáritas Brasileira (2015), a participação pode ocorrer de modo menos ativo quando a contribuição é mais de divulgação como no caso da Campanha Nacional Contra a Violência e o Extermínio de Jovens, ou mais ativo como na mobilização em favor da Lei Nacional de Economia Solidária ou das novas regras para o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, ambas aprovadas.

Quanto ao Fundo Nacional de Solidariedade, surgiu da iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1964, porém foi instituído apenas em 1998 na 36ª Assembleia Geral, ocasião em que a CNBB institui o Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) para fins sociais. Vale salientar que 40% dos recursos advindos das doações dos católicos, compõem o FNS e apoia financeiramente projetos sociais da própria comunidade diocesana (CÁRITAS BRASILEIRA, 2015).

Dessa forma, observa-se a dinâmica da Cáritas Brasileira no fomento à Economia Popular Solidária com mecanismos consolidados tanto para os setores mais

carentes, ou seja, os beneficiários, quanto para o Estado e o mercado a fim de construir um ambiente que prefigure a inovação, o desenvolvimento local e cooperação.

4 CONCLUSÃO

As informações compiladas e expostas permitem uma maior compreensão acerca da real importância e papel dos empreendimentos econômicos solidários no desenvolvimento local, possibilitando confirmar e afirmar que a economia solidária é de fato um mecanismo eficiente na minimização dos problemas e deficiências insurgentes do modelo tradicional capitalista, levando a considerar que organizações de fomento e apoio como a Cáritas Brasileira tem relevante importância nesse processo, pois são propulsoras no surgimento e desenvolvimento dessa economia.

Diante dos resultados apresentados, vale ressaltar que a trajetória da Cáritas seguiu uma linha evolutiva, inicialmente com ações pontuais e no decorrer do tempo profissionalizando-as estrategicamente de acordo com as necessidades constatadas. Outro aspecto que merece destaque é que a articulação institucional se desenvolveu em consonância com outras organizações, o que possibilitou uma maior amplitude dos beneficiários, além da maximização e maior qualidade dos resultados.

A rede de parceiros e apoiadores permite que os programas sejam otimizados e, conseqüentemente, melhor implementados pois influenciam o surgimento de políticas públicas específicas e dissemina a proposta da Economia Popular Solidária. Foi possível identificar que a estrutura institucional da Cáritas conta com o apoio de diversas outras entidades também atuam em rede participativa, tais como: CNBB, CUT, BNDES, SENAES, MDA, entre outros, inclusive voluntários e colaboradores.

Quanto aos programas implementados pela instituição, seguem 8 linhas de atuação que buscam levar dignidade e gerar oportunidade para minorias, famílias, pessoas marginalizadas, inclusive refugiados, atualizando-se de acordo às necessidades do público atendido. Os programas são colocados em prática com adequações regionais para suprir o que a comunidade local demanda, além de articular-se com o governo visando indicar essas necessidades e incluí-las nos programas sociais existentes. |

Os resultados alcançados pelos programas geram benefícios econômicos, políticos e socioculturais, atendendo ao propósito institucional da Cáritas de fortalecimento da Economia Popular Solidária na cultura produtiva nacional. Alguns dados quantitativos ratificam a amplitude das ações que já beneficiaram mais de 290 mil famílias e 2 mil grupos, diretamente, por meio de apoio técnico, científico, financeiro, entre outros.

Os demais indivíduos/grupos/famílias beneficiários diretos ou indiretos por essas ações, acabam se envolvendo em um processo cíclico e oposto ao mercado tradicional e a própria sociedade individualista, pois esse tipo de economia não surge somente como um modelo de melhor qualidade econômica, mas como um modelo que visa construir uma sociedade mais sustentável, promovendo uma condição melhor de vida para as pessoas e a diminuição da exclusão social, onde o objetivo que se sobrepõe é o da cooperação, solidariedade e justiça social.

Em relação ao alcance dos objetivos inicialmente propostos, os objetivos específicos foram alcançados, pois foram identificados 8 programas desenvolvidos e gerenciados pela Cáritas Brasileira no país como exposto no decorrer da pesquisa, além de apresentar as articulações institucionais e os parceiros envolvidos no processo. Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa, de apresentar a trajetória realizada pela Cáritas Brasileira no fomento à Economia Popular Solidária no país, foi atingido,

Entretanto, as contribuições das abordagens apresentadas neste artigo vão além do esclarecimento e exposição da importância da EPS no desenvolvimento local em âmbito nacional, mas visa ainda estimular as organizações e projetos de apoio ao desenvolvimento dessas economias. Somente assim, através do fortalecimento de propostas que possam se contrapor a tradicional economia, poderão ser superadas as desigualdades sociais e econômicas que tanto tem assolado a sociedade.

Por fim a partir das concepções apresentadas no artigo, orienta-se a continuidade de pesquisas voltadas a análise das organizações pertencentes à Economia Popular Solidária, principalmente, no que se refere a outras instituições de fomento, indicando um maior aprofundamento nas questões da sustentabilidade e articulações políticas e privadas dessas instituições.

REFERÊNCIAS

ADAMS, T. (Org.) **Política de formação para a prática da solidariedade**. Série Políticas v. 2. Brasília: Cáritas Brasileira, Secretariado Nacional, 2006. 72 p.

BERTUCCI, A. de A.; SILVA, R. M. A. da. (Orgs.) **20 anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. Cáritas Brasileira, 1ª ed. Brasília. 2003.

BOITO JR, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. Ed. Xamã, São Paulo, 1999.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Quem somos e histórico**. Disponível em: <<http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

_____. **Série Cáritas:** Somos Solidariedade, Somos Cáritas. Disponível em: <http://caritas.org.br/wp-content/files_mf/1383069693somoscaritas_cd.pdf>. Acesso em: 13 abril 2016.

DALL'ACQUA, C. T. B. **Competitividade e participação:** cadeias produtivas e a definição dos espaços econômicos, global e local. São Paulo: Annablume, 2003.

FIORI, José Luiz. Neoliberalismo e políticas públicas. In: **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1973.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos Solidários: uma alternativa para a economia popular? In: _____. (Org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996, p. 101-126.

MACHADO, A. F. **Políticas públicas no Estado do bem-estar social e no Neoliberalismo**. Direito em debate. Ano XI, nº 20, jul./dez. 2003.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000. p. 15-37.

SINGER, P. **Globalização e desemprego:** diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1999.

Soares, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Cortez. 2002.

TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento local, concertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.19, n.1, p.132-139, jan/mar. de 2005.

WALLERSTEIN, I. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.